

Expansão da Justiça gratuita inchou ações trabalhistas, diz ministra

Por ampliarem as possibilidades de Justiça gratuita, decisões recentes do [Tribunal Superior do Trabalho](#) e do [Supremo Tribunal Federal](#) têm contribuído para o aumento do volume de ações trabalhistas no Brasil.

Essa é a avaliação da ministra **Maria Cristina Peduzzi**, ex-presidente do TST (2020-2022). Ela falou sobre o assunto em entrevista à revista eletrônica **Consultor Jurídico** durante o [IV Congresso Nacional e II Internacional da Magistratura do Trabalho](#), promovido em Foz do Iguaçu (PR) no final de novembro. O [Anuário da Justiça do Trabalho 2025](#) foi lançado no evento.

Peduzzi refere-se a duas teses. Uma delas, [fixada no Tema 21 do TST](#) em dezembro de 2024, permite a concessão de Justiça gratuita para quem ganha acima do limite legal — 40% do teto máximo dos benefícios do INSS. Isso pode ser feito por meio de uma declaração simples, sem necessidade de comprovação.

“Hoje, na Justiça do Trabalho, não se aplica a CLT, que exige que, para ser beneficiário da Justiça gratuita ou da assistência judiciária, é necessário fazer prova dessa condição, de que não tem como suportar o ônus do processo. Determinou-se, portanto, a aplicação do Código de Processo Civil, que é mais flexível, basta declaração. Então, eu declaro que sou pobre e eu vou litigar de graça”, critica ela.

Já a tese do STF, [firmada na ADI 5.766](#), passou a proibir a cobrança de honorários de sucumbência ou periciais de beneficiários da gratuidade na Justiça do Trabalho.

Para a ministra, essas teses alimentam o inchaço da Justiça Trabalhista. A litigiosidade, [que havia caído após a reforma trabalhista de 2017](#), já retornou a patamares anteriores à mudança da lei.

“Depois da reforma nós tivemos um decréscimo substancial de 30%. Hoje, nós temos já um número equivalente ao pretérito, em termos de aumento de litigiosidade”, lamenta Peduzzi.

Clique aqui para ver a entrevista ou assista abaixo:

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-dez-17/expansao-da-justica-gratuita-inchou-aco-es-trabalhistas-diz-ministra/>

Reprodução / ConJur



Ministra Peduzzi critica decisões do STF e do TST que ampliaram acesso à Justiça gratuita